

Operação conjunta Sansão em Ação apura denúncias de maus tratos em Conselheiro Lafaiete



A Polícia Civil de Minas Gerais e a Polícia Militar de Meio Ambiente, juntamente com o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e a Associação Lafaietense de Proteção aos Animais (ALPA), realizaram a operação “Sansão em ação”.

A Operação foi realizada entre os dias 02 e 10 de julho e teve como objetivo verificar denúncias de maus tratos a animais na cidade de Conselheiro Lafaiete e região, realizadas através do disque denúncia 181. Foram fiscalizadas 25 denúncias de maus tratos, com recolhimento de 8 animais e 3 pessoas conduzidas. “As denúncias de maus tratos descrevem situações onde os animais, principalmente cães e gatos, estão sujeitos a condições de vida inadequadas, quase sempre pela privação das necessidades básicas. Acredito que a população esteja começando a entender que o bem estar do animal, seja qual ele for, é de responsabilidade do tutor”, explica o tenente Felipe Barros, da Polícia Ambiental em Conselheiro Lafaiete.

A ação teve também como propósito conscientizar a população sobre o que é considerado maus tratos, as mudanças previstas na lei conhecida como “Lei Sansão”, devido ao episódio do cão que teve as patas decepadas e a importância das denúncias para a apuração desse tipo de crime.

O que caracteriza maus-tratos?



Animais vivendo em locais inapropriados e repletos de sujeira, acorrentados ou aprisionados em espaços muito pequenos, sem água e comida, machucados ou mutilados. Estes são alguns exemplos de maus tratos e que se enquadram na Lei 14.064/20, também conhecida como Lei Sansão.

Um dos exemplos de maus-tratos que a veterinária e diretora da ALPA Carla Sassi cita é privar o animal confinado de água e alimento por mais de 12 horas, além de manter o animal preso permanentemente. “Se o animal precisar ficar preso em algum momento do dia, a corrente deve ser pelo menos de 3 metros, alimentação duas vezes ao dia e água limpa disponível todo o tempo para ele”, explica a veterinária.

O gerente de Vigilância Ambiental, Enderson Barreto, explica que o município não tem canil municipal e o Centro de Controle de Zoonoses não faz o recolhimento de animais. “A responsabilidade com o cuidado do animal é do tutor. O trabalho que é feito no setor, envolve além das castrações de forma gratuita, o cuidados de animais que apresentam alguma doença de caráter zoonótico e o amparo técnico para tomada de decisões nas ações das polícias”, explica Enderson.

Lei Sansão: maus-tratos agora pode dar cadeia

A lei 14.064/20, conhecida como Lei Sansão, prevê a pena de reclusão de dois a cinco anos para prática de abuso e maus tratos a cães e gatos, além de multa e proibição da guarda.

Com a criação da lei passou a ser possível a prisão em flagrante dos infratores. Inicialmente, como a pena máxima prevista era de 1 ano, as partes eram encaminhadas para a delegacia onde se realizava a elaboração do chamado TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência, sendo liberadas em seguida. “Com o patamar da pena elevado o indivíduo surpreendido em flagrante deve ser preso, só sendo liberado mediante pagamento de fiança”, explica o delegado regional Maurício Carrapatoso. A alteração também implica na possibilidade de cumprimento de pena em regime fechado para reincidentes.



“Além disso, agora é possível a aplicação de multa cumulada com as demais punições e a proibição de que o condenado volte a ter animais de estimação domésticos. As multas podem chegar até aproximadamente 25 mil reais, no caso de animais silvestres”, conta o sargento da Polícia Ambiental, Daniel Gomes. É importante ressaltar que as leis de maus tratos só funcionam se houver uma denúncia - seja ela anônima ou não.

Assim, as autoridades poderão dar início à investigação e, conseqüentemente, condenar os responsáveis pelo crime. “É necessário destacar que mesmo com os avanços da lei é preciso que as acusações sejam provadas. Por isso a orientação da Polícia Civil é que, ao presenciarem casos de maus tratos, a população registre o fato, através de gravações, fotos e filmagens e acione imediatamente a Polícia Civil ou Militar para atender à ocorrência”, explica a Investigadora de Polícia Sylvania Pagotto.

As ações de verificação de denúncias e conscientização vão acontecer até o fim do mês de julho, com intuito de formalizar o mês como referência ao combate dos maus tratos na cidade de Conselheiro Lafaiete.

<https://foconoticia.com.br/noticia/6262/operacao-conjunta-sansao-em-acao-apura-denuncias-de-maus-tratos-em-conselheiro-lafaiete> em 03/07/2024 13:27